

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

Mariana de Paula Faria Santana

**RACISMO EM PERSPECTIVA HISTÓRICA, SUA
CONSTÂNCIA E CONSEQUÊNCIAS PARA A CRIANÇA
NEGRA**

Campinas

2017

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

Mariana de Paula Faria Santana

**RACISMO EM PERSPECTIVA HISTÓRICA, SUA
CONSTÂNCIA E CONSEQUÊNCIAS PARA A CRIANÇA
NEGRA**

Trabalho apresentado como requisito parcial para conclusão do curso de Pedagogia pela Universidade Estadual de Campinas, sob orientação da Prof^a Dr^a Ângela Fátima Soligo

Campinas

2017

Agência(s) de fomento e nº(s) de processo(s): Não se aplica.

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca da Faculdade de Educação
Rosemary Passos - CRB 8/5751

Sa59r Santana, Mariana de Paula Faria, 1994-
Racismo em perspectiva histórica, sua constância e consequências para a
criança negra / Mariana de Paula Faria Santana. – Campinas, SP : [s.n.], 2017.

Orientador: Ângela Fátima Soligo.
Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Estadual de
Campinas, Faculdade de Educação.

1. Crianças negras. 2. Escolas. 3. Racismo. I. Soligo, Ângela Fátima, 1956-. II.
Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.

Informações adicionais, complementares

Titulação: Licenciado

Data de entrega do trabalho definitivo: 14-12-2017

A Deus, meus pais, irmãos, marido e futuro (a) filho (a).

Hey Criança negra
Hey, Criança negra
Você sabe quem você é
Quem você realmente é
Você sabe que pode ser
O que você quer ser
Se você tentar ser
O que você pode ser
Hey Criança negra
Você sabe onde você está indo
Onde você está realmente indo
Você sabe que pode aprender
O que você quer aprender
Se você tentar aprender
O que você pode aprender
Hey Criança negra
Você sabe que você é forte
Quero dizer realmente forte
Você sabe que você pode fazer
O que você quer fazer
Se você tentar fazer
O que você pode fazer
Hey Criança negra
Seja o que você pode ser
Aprenda o que você deve aprender
Faça o que você pode fazer
E amanhã a sua nação
Será o que você quiser que ela seja

Hey, Black Child - Countee Cullen

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus, e pela minha fé, de onde vem minha fortaleza, e toda minha busca por ser alguém melhor, mais humana, e justa.

Agradeço aos meus professores, que de certa forma me inspiraram e diante do belo trabalho que exerceram em minha vida escolar fizeram com que eu me apaixonasse por esta profissão tão transformadora.

Agradeço aos meus pais pela educação que me deram, por todos princípios que me passaram, por batalharem mesmo sem condições para que eu tivesse e valorizasse meus estudos.

Agradeço ao meu marido, que durante a vida acadêmica tem sido meu braço direito, e contando com sua ajuda pude me dedicar em determinados momentos na minha carreira sem me preocupar com demais obrigações pois lá estava ele para me amparar e me ajudar no que era necessário.

Agradeço a minha professora e orientadora Ângela Soligo, que dentre vários encontros durante a vida acadêmica demonstrou seu trabalho maravilhosamente, mostrando a relevância dos temas e lutas que levantava, conquistando meu olhar e iluminando o caminho por onde eu deveria investir a minha pesquisa.

Agradeço as pessoas que me deram a oportunidade de trabalhar e conhecer o cotidiano escolar de uma maneira tão rica e intensa, permitindo que eu entrasse em contato com diversas histórias que me levavam a refletir, me mobilizaram a buscar respostas e mudanças.

Agradeço principalmente as crianças, que posso chamar de alunos, estas, que involuntariamente ou voluntariamente nos ensinam muito sobre a vida, mostram que devemos nos parecer mais com elas do que elas conosco.

MEMORIAL

As matrizes da minha família são de diversas etnias e regionalidades, trazendo uma grande diversidade de estereótipos. Minha mãe de cabelos crespos, minha avó materna com traços muito marcantes de uma mulher negra apesar da mesma nunca ter assumido esta cor como sua “raça”, meus irmãos de olhos claros, um com traços mais indígenas e cabelo preto liso (assim como do meu pai e sua família, devido a real descendência indígena), outro com cabelo crespo mostrando a herança genética de minha avó.

De maneira geral minha família se constitui de pessoas assumidamente “brancas”, mas poucas com traços “europeus”, porém como a cor/raça depende de uma auto declaração, não cabe a mim neste momento julgar.

Presenciei em confraternizações familiares muitos momentos de discursos e piadas racistas, mas diante da minha pouca idade e falta de discernimento não compreendia ainda a tamanha ignorância que meus queridos parentes possuíam.

Um fato que marcou minha vida e ainda me faz refletir até hoje, foi o dia em que meu pai me recusou um presente por puro racismo. Há cerca de 16 anos atrás, eu tinha em torno de 7 anos, a “rainha dos baixinhos”, lançou uma coleção de bonecas que conquistou as meninas da minha época, esta coleção era de bonecas do sexo feminino e bonecos do sexo masculino, que vinham com as genitálias que determinavam o sexo do brinquedo, e além destas diferenciações haviam as bonecas brancas e negras. Eu queria muito a boneca menina negra, e coincidiu que fiquei muito doente na mesma época, queimando de febre em casa, quando minha mãe disse ao meu pai que eu queria muito esta boneca e pediu para que ele fosse comprar, para ver se eu ganhasse o presente eu teria a cura da tamanha febre. Chegando na loja de brinquedos, meu pai ao deparar com a coleção dos bonecos, ligou na minha casa e pediu para falar comigo, eu o atendi, e ele me perguntou qual era a boneca exatamente que eu gostaria de ganhar, e eu disse:

“- Pai, eu quero a menina negra!”

Ele me disse:

“- Eu não vou comprar uma boneca negra pra você!”

Eu insisti muito, e ele se mostrava determinado na sua decisão, eu comecei a chorar, e ele disse:

“- Você não é negra, não tem porque você ter uma boneca negra, vou te levar o menino branco!”

Eu por um instante achei que ele só poderia estar brincando comigo e me enganando e quando chegasse em casa me daria a tão sonhada boneca, e quando o presente chegou... Era o menino branco, precisamente loiros dos olhos azuis (não se parecendo nenhum pouco comigo da mesma forma, visto que sou morena de olhos castanhos). Foi a maior decepção da minha vida, não era aquilo que eu queria, ele não gastou nenhum centavo a menos do que gastaria com a boneca que eu tanto desejava, mas por extremo preconceito e com justificativas incabíveis não me deu o que eu queria.

Os anos se passaram, e um de meus irmãos decidiu se relacionar com uma garota negra, e enquanto durou, ele ouvia a todo momento principalmente dos meus avós, que ele não deveria se envolver com uma menina negra, que “branco com negro” não dá certo, eu não me conformava, como poderiam pensar desta maneira? Meu pai já não demonstrava tamanho preconceito como mostrou tão claramente neste episódio da minha infância, sempre tratou com muito carinho minha cunhada, e como o destino nos traz belos presentes, hoje meu pai tem um neto maravilhoso e negro, e olha que incrível: meu irmão é branco!

Eu acredito que fazer esta retrospectiva da minha vida, me traz evidências pessoais de como está imerso nas pessoas o racismo, e como ele é muito mais forte e evidente em pessoas mais antigas, como minha avó que nasceu em 1930, que provavelmente veio de uma cultura bem mais segregacionista do que a que estamos habituados. Todos estes episódios e mais outros inúmeros não mencionados aqui, mexeram comigo, me geraram muitos incômodos, e ao invés de me desmotivarem me motivam ainda mais a levantar a bandeira contra o preconceito.

Ainda sofro chacotas por ter escolhido este tema como pesquisa, não sou prestigiada por isto na minha família, mas acredito que desistir não é a solução, eu quero cada vez mais mostrar o quão pequeno é o pensamento preconceituoso, e o quão importante é estudar sobre o racismo, evidenciando que esta prática é criminosa, e causa inúmeros danos que às vezes são irreparáveis.

RESUMO: Através de um viés histórico, partindo do processo de escravidão, que motivou e foi o alavanque de todo movimento em prol da insistência da valorização da cultura negra (devido ao fato deste processo ser um grande influenciador para o desprezo, a desvalorização e marginalização de tudo que está relacionado ao negro, o racismo toma suas formas e se faz mais que presente nos dias atuais). Diante de algumas pesquisas realizadas no âmbito escolar, nota-se consequências graves para crianças negras, como sua invisibilidade e negação de sua cultura. Este processo racista, por mais que estudado e haja uma grande busca por evidenciá-lo, ainda mostra-se algo perene, e penoso para as crianças negras. Tendo o ambiente escolar, além do familiar, como primordial para a socialização dos indivíduos, nos deparamos com determinados reflexos da sociedade e ideologias que percorrem a mesma, sendo ela eurocêntrica, com políticas excludentes, e provedora de privilégios para uma determinada classe de um segmento racial com um determinado estereótipo, causando assim desigualdades e a disseminação do preconceito. O racismo afeta negativamente a criança negra, podendo trazer consequências irreversíveis, para isso a escola deve trabalhar de maneira a transformar esta realidade com medidas afirmativas ao invés de dar respaldo que favorecem o fortalecimento e a impunidade desta prática.

ABSTRACT: Through a historical bias, starting from the process of slavery, which motivated and was the leverage of all movement in favor of the insistence of the valorization of black culture (due to the fact that this process is a great influencer for the disdain, devaluation and marginalization of everything that is related to the black, racism takes its shapes and becomes more present nowadays). Against of some researchs of school ambit, there are serious consequences for black children, such as their invisibility and denial of their culture. This racist process, although studied, and have a great search for evidence it , it is still perennial and tough to black children. Having school ambience, besides the Family, as primordial for the socialization of individuals, we are faced with certain reflexions of society and ideologies that run through it, being Eurocentric, with exclusionary policies, and providing privileges for a certain class of a racial segment with a certain stereotype, thus causing inequalities and the spread of prejudice. The racism negatively affects the black child, bringing irreversible consequences, for this the school must work in a way to change this reality with affirmative measures instead of giving support that favor the strengthening and the impunity of this practice.

SUMÁRIO

1) INTRODUÇÃO	11
2) OBJETIVO	13
3) METODOLOGIA	14
4) CAPÍTULO 1	15
4.1) A contribuição histórica para o fortalecimento do racismo	15
4.2) Arquétipos do Brasil Imperial, a luta pela abolição, a visão a respeito do negro escravo e posteriormente liberto	16
4.3) Brasil do século XXI: a distribuição da população negra, e a importância do fortalecimento do movimento negro	21
5) CAPÍTULO 2	23
5.1) Racismo: A “doença” de nossa sociedade	23
5.2) Escola agrega ou segrega?	24
6) CAPÍTULO 3	28
6.1) O racismo na escola e sua regionalidade diante de pesquisas científicas	28
6.2) O que as pesquisas nos apontam	29
7) CONSIDERAÇÕES FINAIS	47
REFERÊNCIAS	49

1- INTRODUÇÃO

Analisando a História da África, continente de onde originou-se os antepassados das pessoas negras de nosso país e de demais países colonizados, e que mantinham sua economia da época colonial embasada no trabalho escravo contando com o tráfico negreiro, é impossível dissociar da História do Brasil, onde se fundamenta a escravidão e conseqüentemente diante de um interesse político e de lutas o processo de abolição, com o decorrer deste processo histórico é nítido os vestígios de racismo nas práticas sociais. É possível ver através de dados, pesquisas e estatísticas, a necessidade de dar devida atenção à este mal desta sociedade hegemônica, e principalmente nos atentarmos para o âmbito escolar.

Isabel Passos de O. Santos (2014), em sua pesquisa de dissertação de mestrado na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), onde defende a implementação de História da África nas escolas, coloca em pauta a *falsa democracia racial* que existe em nosso país, onde as relações raciais que aqui ocorrem, possuem o silêncio como sua marca mais expressiva, diferentemente de países como África do Sul e Estados Unidos, onde a segregação racial ocorre de maneira explícita, tornando-se evidente a necessidade de seu enfrentamento. A autora também coloca que vivemos sob uma perspectiva eurocêntrica, seguindo afinal, as teorias e filosofias que cultuam o elemento branco e que são valorizadas, enquanto aquelas que dizem respeito ao negro e ao índio lhes são agregadas adjetivos de menor valor, se estendendo por futuras gerações.

O que veremos é que estas afirmações se repetem a cada pesquisador que busca abordar sobre o tema, e que as crianças negras em nosso país sofrem com o preconceito, e por mais que da sua maneira resistem, não há uma força intercessora por elas. Até quando haverá tamanha injustiça e tremenda desigualdade?

Sancionada a Lei Nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, retomada em 1994, 1997, 2010 e 2012, onde “Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor”, mostra o quão recente são as medidas governamentais diante do racismo, visto que se passou um século desde a Lei Áurea de 1888, onde visava somente a libertação dos escravos, de maneira que não houveram medidas governamentais que dessem subsídios de sobrevivência aos ex-escravos e descendentes, onde estes passaram a ocupar lugares de menor prestígio na sociedade, sofrendo com a marginalização e racismo diante da historicidade de seu povo, tornando dificultoso quaisquer tentativas de ascensão social.

A Lei que trata o racismo como crime não garante melhorias e uma reparação em tudo aquilo que foi privado à população negra ao decorrer da história de nosso país, e a manutenção e aplicação da mesma nem sempre se dá de maneira eficaz, visto que noticiários diariamente mostram o genocídio negro.

Então como transformar esta realidade? Como transformar a sociedade? Como a democracia racial poderia deixar de ser um falso discurso? Todos estes questionamentos certamente possuem um ar utópico, porém quando pensamos em um local onde começam a inculcar determinadas ideologias e práticas em nossa cabeça, logo pensa-se na escola.

Ao direcionar o espectro para o âmbito escolar, notamos que o racismo é algo que começa desde muito cedo, mas por outro lado não parte inicialmente das crianças em si, e sim dos adultos, estes são modelos para os pequenos, assim como em práticas positivas como em práticas negativas.

Além do viés social, o viés cultural tem de ser considerado, visto que a cultura branca é mais valorizada em relação às demais culturas, e sobreposta sobre as demais etnias, isso também é refletido para a escola, onde as crianças negras não conseguem se identificar, visto que não conseguem enxergar uma referência, afetando sua autoestima, seu desempenho, e demais aspectos que comprometem seu desempenho escolar.

Tratando de medidas governamentais, que teoricamente servem para reparação de todos os danos que a historicidade trouxe ao povo negro, com o governo Lula, a Lei 10.639 entra em vigor, trazendo a obrigatoriedade do ensino de História da África, no ensino fundamental e médio, onde espera-se que resgate de certa maneira a historicidade da cultura afro e sua devida valorização, mas quando se analisa a eficácia de uma legislação como esta, nota-se que poucas mudanças são notadas, seja na ausência da aplicação deste conteúdo, ou quando aplicado, algo esvaziado de qualidade.

Estes aspectos mencionados, evidenciam o quanto as crianças negras ainda encontram-se sem referências que tragam a elas ferramentas de serem bem sucedidas em toda sua vida, seja escolar, profissional ou social.

2- OBJETIVO

Este trabalho tem como objetivo analisar aspectos históricos que fundamentam práticas racistas, porém com enfoque no âmbito escolar, com a intenção de exprimir o quanto isto pode afetar o desempenho de alunos negros e pardos, evidenciando as marcas da exclusão e buscando analisar os efeitos do racismo nas crianças, como: baixa autoestima, negação da própria imagem, sentimento de angústia e revolta, dificuldades de relacionamento, e principalmente queda no rendimento escolar, interagindo e dialogando com pesquisadores que colocam em pauta a cor da pele como seu objeto de pesquisa. Para isso, buscar evidências históricas que justificam as práticas racistas, e se sustentam através de dados e afirmações teóricas. Fundamentar-se na História do Brasil, diante dos reflexos do processo de escravidão e conseqüentemente sua abolição, visto que já se passaram quase um século e meio desde a abolição da escravatura, mas desde então surgiram poucas medidas dentro das políticas públicas que vieram para de fato oferecer uma vida justa e igualitária para pessoas negras.

3- METODOLOGIA

Foi realizada uma busca em plataformas digitais, começando pela plataforma *Scientific Electronic Library Online* (Scielo), em seguida no Sistema de Bibliotecas da Unicamp (SBU) e posteriormente na plataforma do *Google* e *Google Acadêmico*.

Para localização de alguns trabalhos foram utilizadas palavras-chave como : criança negra –escola, criança negra, escola-racismo, preconceito- escola, racismo – infância. Fora necessário alternar diversas combinações de palavras, visto que não foi possível encontrar um número considerável de trabalhos que contemplassem o tema que estava sendo buscado, e às vezes, não foi possível encontrar sequer um trabalho que explorasse o âmbito educacional que era o foco, o que em si já pode ser considerado uma evidência da ciência.

Ao final da busca, foram selecionados nove trabalhos localizados na plataforma *Scielo*, cinco do *SBU* (considerando que a obra do autor Flávio Santiago, onde no *SBU* estava sua tese de mestrado para UNICAMP, e disponibilizado no *Scielo* um artigo referente a mesma tese para UNIPALMARES, porém com títulos diferentes), um diretamente do *Google* (que direcionou ao site *e-publicações* da Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ) e dois do *Google Acadêmico* (onde obtive acesso somente à um deles), totalizando quinze obras acessíveis para serem analisadas.

Além das obras analisadas e computadas como dados para enfoque da pesquisas (como analisar aspectos comuns perante o racismo, a maneira que a criança negra é afetada, e as relações da escola e seu papel diante disto), demais obras e autores foram utilizados para dialogicidade e embasamento teórico.

4- CAPÍTULO 1

4.1 A contribuição histórica para o fortalecimento do racismo

O que corrobora para depreciação da figura negra é a história pela qual passamos e a maneira em que ela é transmitida, abordando o negro escravo de uma maneira inerte, passiva, o que leva o aluno negro a não se orgulhar de suas origens, além de não favorecer o real conhecimento da estruturação do povo brasileiro desconsiderando as contribuições dos negros e indígenas.

Em uma entrevista para a *Revista Fórum*, o antropólogo angolano Kabengele Munanga diz que o racismo no Brasil é algo velado e faz vítimas da mesma maneira do aberto, porém de um modo em que as pessoas não reconhecem suas práticas preconceituosas como tal. Em nosso país viveram indígenas e negros por muito tempo sem leis que os protegessem, ou sequer os discriminassem, o que torna o tema racista algo complicado de delimitar. Para o antropólogo, não é suficiente dizermos que somos todos iguais perante a Constituição, é necessário fornecer os meios para que isso ocorra, e isso se dá através das políticas públicas.

O processo de escravidão pode ser considerado principal evento que se fez importante para o alavanque de todo movimento em prol da insistência da valorização da cultura negra surgir, pois é durante tal processo em que a figura negra e seu mundo foram desprezadas, ignoradas, marginalizadas, discriminadas e colocada em um patamar sempre inferior em relação à figura branca. Segundo MUNANGA (in: FEITOSA, 2012) o europeu diante da personalidade moral e aptidões intelectuais do mundo negro as desfigurou completamente. Diante disso, a semântica ao redor do que se referia ao africano era ser sem alma, animalesco, instintivo, sem razão, inferior, entre outras depreciações. Tudo que se refere ao negro seja: continente, países, instituições, cultura, religião, seu corpo, língua, música ou arte, são designados à inferiorização por parte do branco europeu.

Durante a colonização, a repressão diante dos povos africanos era intensa, seja por parte da igreja, que defendia a escravidão argumentando que o homem não deveria temê-la, e sim temer a submissão às forças do mal, e também por parte da sociedade colonial, onde temiam a ruptura da estrutura em que viviam utilizando-se de mecanismos repressivos diretos, que diz respeito à força bruta, e os indiretos, que se refere ao preconceito racial e estereótipos, ou seja, a busca pela prova da inferioridade

da raça negra, por parte da ciência e da teologia era constante, fomentando o *racismo científico*, que prega a superioridade da raça branca em relação às demais, tendo como marco histórico o nazismo, onde era afirmado a superioridade da raça ariana, que perdeu sua legitimação com o fim da Segunda Guerra Mundial (FEITOSA,2012).

Segundo FIELDS (in: ALBUQUERQUE,2004), a noção de raça é considerada uma questão trans-histórica, fundamentando hierarquias sociais em meio a desagregação do escravismo norte-americano, passando a ser uma construção ideológica e acima de tudo um produto histórico, o que diz respeito a contextos e realidades sociais particulares, o que se diferencia em alguns aspectos no Brasil.

O abolicionismo preocupou-se em resolver os problemas das classes dominantes, sem dar respaldos ao negro, que foi deixado à margem. FEITOSA (2012), coloca que o mito da democracia racial através do branqueamento, juntamente com a falta de “*legislação que resguardasse os descendentes africanos, culminaram em processos contínuos de negação da identidade negra*”.

4.2 Arquétipos do Brasil Imperial, a luta pela abolição, a visão a respeito do negro escravo e posteriormente liberto.

Para termos uma visão de como todo este processo de colonização, escravidão e abolicionismo era enfrentada pela sociedade do período Imperial no Brasil, podemos utilizar como ferramentas artigos de José do Patrocínio, um eloquente e polêmico propagandista da abolição da escravatura na década de 1880, que mesmo com todo prejuízo em que a libertação dos escravos estava colocada, sem direitos de igualdade efetiva, integração social e condições dignas de sobrevivência aos negros libertos, ele a defendia.

Publicava entre 1880 e 1889, nos jornais fluminenses *Gazeta de Notícias*, *Gazeta da Tarde* e *Cidade do Rio*, textos que discorriam sobre o tema abolicionista, era filho de pai branco e senhor de escravos, de mãe negra e escrava, buscava a abolição de maneira assídua, considerando a mesma mais importante que a própria República, tinha uma relação complexa com o Império, porém era leal à Monarquia da época, no entanto, em um de seus artigos criticava as práticas da escravidão, deixando através de suas palavras imagens da época:

“A esses fazendeiros pródigos, que se atiram pela janela fora a carne tarifada de seus cativos, carne que era a sua fortuna legal, porque era gênero de valor no mercado da desumanidade antiga e da afronta à moral e à civilização; a esses fazendeiros, que precedem a lei para afirmar que nunca, em nossa pátria, o interesse se colocará diante da Justiça, a rebeldia diante da razão, correspondem os libertos que, tendo parecido acumular ódios de três séculos, demonstram que nunca souberam senão sofrer resignados, que não viram, no seu martírio, um crime de opressores, mas uma tremenda e inexplicável fatalidade; os libertos que devendo ter aprendido na escravidão a anarquia, provam ao contrário que lá mesmo conservaram intactos o patriotismo e o amor da ordem, e saem do cativeiro para cooperar na obra do bem-estar geral, tanto se iniciam na vida cedendo em favor da produção uma parte dos direitos de sua liberdade: o salário.” (pág. 217, Campanha Abolicionista, 1996)

Há muitos termos e passagens que podem ser analisados diante deste trecho, que testificam e solidificam o que os autores já citados anteriormente colocam, sendo alguns deles:

- Tratar do negro como “*carne*”, dando-lhe um aspecto de materialidade precíval e menos humano;
- Tratar desta tal carne como “*fortuna legal*”, que representa o valor monetário que um escravo simbolizava diante de quem os comercializava, tornando novamente a dar-lhe um aspecto materialista, colocando-o em posição de objeto de comercialização;
- Tratar da escravidão como uma “*inexplicável fatalidade*” ao invés de “*crime de opressores*” é acentuar mais ainda o quanto este processo foi hediondamente fomentado pelos interesses capitalistas causando intenso sofrimento;
- Ao dizer que “*devendo ter aprendido na escravidão a anarquia*” representa a resistência do negro ao ser explorado, sendo visto de maneira rebelde, que o levava supostamente à imagem de selvageria, e
- O trecho em que diz “*saem do cativeiro, para cooperar na obra do bem-estar geral, tanto se iniciam na vida cedendo em favor da produção uma parte dos*

direitos de sua liberdade: o salário” coloca em pauta a inserção social do negro após a abolição, tendo como colaboração para o sistema seu trabalho e como recompensa e por seu próprio direito o pagamento, o que não exclui a possibilidade de ser tratado de maneira inferior ao branco, colocando-o em situações calamitosas de trabalho, o que não trazia ao povo negro uma situação melhor de vida, mas sim uma maneira de diminuir algumas das poucas regalias que possuía, através da restrição de oportunidades de trabalho e exclusão social.

A discussão deste tópico nos traz aparatos que tipificam a supremacia branca em relação aos demais segmentos, consideradas subalternas, devido à todo processo de exploração vinda por parte dos europeus, isto gerou reflexos em nossa sociedade, colocando a cultura branca europeia como aquela a ser valorizada.

Ao decorrer da história do Brasil, ser negro estava relacionado com adjetivos e situações ruins, o que colaborou com o passar do tempo para o crescimento do racismo, e a dificuldade em valorizar a cultura africana.

Diante de tanto preconceito, desvalorização e a busca pelo branqueamento, surge uma constatação de que assumir-se negro não é tão simples, nem tão vantajoso quanto ser branco.

“A ideologia do branqueamento, como afirmam Hasenbalg (1979) e Fernandes (2007) difunde a ideia de homogeneização racial da população, e coloniza as culturas que se diferenciam da europeia com a finalidade de evitar áreas de conflitos raciais no Brasil.” (SANTIAGO, 2014, pág. 23)

Segundo SANTIAGO (2014), Carlos Alfredo Hasenbalg trata da ideologia de branqueamento como uma suposição de uma superioridade da raça branca e ao mesmo tempo o desaparecimento gradativo dos negros, e com isso seria resolvido o problema racial brasileiro, mas o problema está nas raças ou na situações sociais dos indivíduos? A partir de que momento e diante de quais aspectos ter negros inseridos na sociedade seria algo prejudicial?

Quando negros passam a frequentar espaços e ocupar lugares que antes não ocupavam, mesmo diante de muita luta e resistência, causa certo repúdio diante da sociedade elitizada e preconceituosa, onde buscavam uma segregação social e racial. Um dos locais que o negro passa a frequentar são as escolas.

“Em teoria, a partir da lei de 1854, as escolas públicas do Império deveriam aceitar alunos de qualquer cor, desde que fossem livres – incluindo os escravos alforriados –, vacinados e não portadores de doenças contagiosas. As escolas particulares podiam selecionar seu público de acordo com a vontade de seus donos, desde que os interessados fossem saudáveis também. E nos dois casos, a convivência, às vezes, poderia se tornar um conflito racial.” (SILVA, 2015).

Mesmo com conflitos raciais, é possível dizer que no Brasil, não houve um movimento tão forte de “*Apartheid*” como na África do Sul, onde há uma separação racial para serviços sociais, como saúde e educação, nem tampouco algo semelhante aos Estados Unidos, oferecendo ensino direcionado para cada raça.

“Apesar de ter tido conhecimento da existência de uma escola racializada, o governo do Império nunca investiu nesse tipo de proposta educacional. Também nunca investiu na criação de leis que dividissem racialmente o público que poderia frequentar os espaços de instrução, tanto na condição de alunos como na de professores.

Ao que parece, a imensa maioria da população não branca que teve condições de colocar seus filhos e filhas em escolas não “optou” pela criação de instituições étnicas. Em vez disso, enfrentou e venceu o racismo no dia a dia.” (SILVA, 2015).

E justamente por não haver conflitos de grandes amplitudes, segundo SANTOS (2014) discute, as relações raciais no Brasil sempre foram pontos de conflito, porém possuindo o silêncio como sua marca mais expressiva, o fato de não haver nitidamente normativas que delimitem o espaço do negro, o racismo e a segregação ocorrem da maneira mais implícita possível, colocando-o em um espaço que erroneamente é considerado como seu lugar natural, ou de seu próprio mérito, lugares nos quais são inferiores em relação aqueles destinados aos brancos.

Entrelaçar raça com *status* passa a ser uma construção social, onde ambos estão intrinsecamente conectados.

“O conceito de raça adotado é o de “raça social”, conforme explicitado por Antônio Sérgio Alfredo Guimarães (1999), isto é, não se trata de um dado biológico, mas de “construtos sociais, formas de identidade baseadas numa idéia biológica errônea, mas eficaz socialmente, para construir, manter e reproduzir diferenças e privilégios” (p. 153). Para esse autor, se a existência de raças humanas não encontra qualquer comprovação no bojo das ciências biológicas, elas são, contudo, “plenamente existentes no mundo social,

produtos de formas de classificar e de identificar que orientam as ações dos seres humanos” (idem). Ou, nas palavras de Tereza Cristina Araújo (1987), a raça pode ser concebida como “um fato social, referido aos significados atribuídos pelas pessoas a atributos físicos e que servem para demarcar indivíduos e grupos, como uma percepção social que categoriza” (p. 15).” CARVALHO (2005), p. 78.

CARVALHO (2005), pontua que o “*status* socioeconômico tem um peso considerável” diante da classificação por cor, ser negro não é o mesmo que ser rico, mas podemos ver que estes vestígios sociais vieram de aspectos históricos.

Nesta cultura em que estamos inseridos, em palavras que trazem uma analogia com o passado, pode se dizer que é inadmissível “o escravo ser superior ao seu senhor”, ou seja, quando acontecer o contrário desta afirmativa, de um negro ocupar um cargo, conquistar uma ascensão social, ser uma figura renomada socialmente, ter *status*, dinheiro e poder, ele já não pode ser considerado negro, porque seria “uma ofensa” diante da visão racista, com argumentos do tipo “mas ele não é tão negro assim”, “eu te considero como um branco”.

É claro que isto não pode ser considerado como uma regra, e não podemos dizer que tais discursos não se enquadram como racismo, porém se dá de uma maneira em que o agressor não tem como foco a violência, ele tenta deixar seu preconceito de forma mais branda buscando amenizar de certa forma a agressão àquele que está sendo atingido.

Não podemos dizer que pessoas negras bem sucedidas nunca passaram por situações vexatórias, preconceituosas e violentas pelo fato de ser negro, mas é importante ressaltar que diante destas situações o que está atrelado a estas práticas é justamente o pensamento da superioridade de raça, em alguns casos pode até ser a inconformidade de alguém “de cor”, como diz o vocábulo racista, ocupar um posto superior às demais raças, isto fere o ego histórico que o branco carrega consigo, fomentando sua vontade em agredir aquele que o supera.

Porém como aponta FLEURI (2006), o oprimido se tornar opressor, traria a diferença, visto que buscamos uma sociedade mais justa e igualitária?

“Assim, a desconstrução do racismo, dos preconceitos, dos estereótipos, da discriminação ocorre mediante processos que tensionam, levando ao paroxismo, a diferença entre as práticas discursivas e as relações de poder que

as constituem. De um lado, um ato ou palavra se constitui como fator de discriminação ao ser exercido ou pronunciada num contexto relacional assimétrico, de uma instituição hierárquica ou de uma sociedade de classes. O fato de mulheres ou negros (assim como os outros sujeitos identitários) ocuparem em uma empresa determinados cargos, mais do que outros, constitui-se como prática discriminatória, porque a empresa se organiza de maneira hierárquica, com base em estratégias de sujeição disciplinar e de exploração. Não se combate a discriminação apenas pleiteando acesso destes sujeitos também aos cargos superiores, mas promovendo a superação das estratégias de hierarquização e de sujeição. Entretanto, de outro lado, a irrupção das mulheres e dos negros, ao lutarem por igualdade de condições trabalhistas, é que cria campos de diferença, de resistência e de resiliência, que potencializam transformações das próprias estruturas de relação em que se sujeitam e, ambivalentemente, se tornam sujeitos.” (FLEURI,2006, p. 513)

Este trecho permite uma boa reflexão quanto ao sentido de “para que estamos lutando”, seria apenas para inversão de papéis ou para direitos iguais de fato? Visto que o capitalismo, este que fortalecido pela exploração do trabalho escravo e desumano, e até hoje grande causador de tamanha desigualdade seria ainda o sistema regente do ponto de vista de ascensão social. Para isto é necessário uma reversão sistemática para promover a mudança, e permitir que a luta por igualdade exista é o caminho para o nascimento da diferença, que neste sentido, se trata de “transformações”.

4.3 Brasil do século XXI: a distribuição da população negra, e a importância do movimento negro

Em maio de 2008, o jornal *Estadão*, em sua página *online*, publicou uma notícia onde dizia a respeito da auto-declaração dos negros em perspectiva nacional, onde mostrava a grande diferença de concentração de negros entre uma região e outra, mostrando que na região norte e nordeste a presença de pessoas que se declaram negras é muito maior em relação das regiões sul e sudeste, o que se dá diante da história de exploração do trabalho escravo em determinadas regiões.

Além disso, com o depoimento de Belchior, coordenador da *Educafro*, levanta perspectivas históricas importantíssimas, enaltecendo o movimento negro, para além da legislação de libertação dos escravos por parte dos brancos.

“As primeiras lutas dos negros pelos direitos foram as rebeliões quilombolas. Antes mesmo da Lei Áurea ter libertado os escravos, em 13 de maio de 1888, a maioria dos negros havia fugido para os quilombos. "Apenas 5% da população negra ainda eram cativos na época da abolição", afirma Belchior. "O povo libertou a si mesmo e fugiu para os quilombos." Durante décadas, a luta concentrou-se em direitos elementares. Nos anos de ditadura militar, nas décadas de 60 e 70, o movimento negro assumiu uma conotação política, ao se aproximar das entidades de classe e dos partidos. "A ditadura é um divisor de águas, que faz o movimento ganhar força e dá a ele uma visão mais crítica da própria história dos negros", diz o coordenador da Educafro.” Página oficial do *Estadão*, Maio de 2008.

O que é colocado pelo coordenador ao jornal, é de suma importância, pois transcende toda a visão errônea que nos é passado diante da História do Brasil. Mostra diante dos fatos, que foi preciso muita resistência e luta para os negros atingirem suas conquistas, não foi com a benevolência e empatia do branco que isto aconteceu, foi diante dos movimentos e lutas que conquistaram sua liberdade. Porém, além de liberdade, o negro passou a lutar então por sobrevivência, diante das situações precárias e desumanas que se encontravam após a Lei Áurea.

Ao decorrer da história, conseguindo submergirem diante das situações complicadas em que passaram, hoje lutam para conquistarem a igualdade, primordialmente pela igualdade de oportunidades, onde apesar dos falsos discursos de democracia racial, os números mostram o quanto os negros ainda encontram-se em desvantagem em relação aos brancos.

Tratando-se da juventude, a luta por cotas para inserção em universidades se dá pelo pequeno número de negros que conseguem chegarem ao nível superior de ensino, e isso se dá por conta de inúmeros obstáculos que desde criança o negro passa em sua carreira escolar, levando-o a evasão.

Dessa forma, a história quando analisada criticamente, quebrando alguns paradigmas, ideias distorcidas e informações desconexas torna-se notável a crueldade e injustiça diante dos povos “subalternos”, onde a elevação de uma raça e de sua cultura e detrimento das outras gera enormes consequências que perduram séculos, e se constitui de maneira muito complexa para ser combatida.

5 - CAPÍTULO 2

5.1 Racismo: A “doença” de nossa sociedade

É possível notar que o racismo é algo secular, e diante de evidências históricas, infelizmente não perdeu as forças, é uma doença que ainda não fora erradicada, e provavelmente levará tempo para que se consiga este feito, mesmo parecendo algo utópico, são inúmeros pesquisadores que debruçam sob o tema para explanar o quanto afeta a população negra em geral.

O racismo se aplica e ensina desde a infância, e é importante tratar deste período, visto que as crianças também são seres produtores de cultura e também seres sociais, por mais que em determinados períodos históricos isto seja desconsiderado. Segundo SANTIAGO (2014), “*as crianças não estão em um mundo descolado do universo adulto*”, nem tampouco deveriam dissociados da sociedade, crianças são reprodutoras e daquilo que lhes são apresentados, assim como também atuam sob a cultura que lhes são internalizadas.

“Willian Corsaro (2011) propõe a noção de “reprodução interpretativa” como uma alternativa para compreensão desta inserção ativa das crianças no mundo. Para ele, o termo reprodução enfatiza o quanto as crianças são constrangidas pela estrutura social das diversas instituições culturais, sociais e políticas frequentemente ao longo da vida a se tornarem semelhante. Entretanto, com a palavra interpretativa, o autor salienta que as crianças não apenas internalizam a cultura, mas também contribuem ativamente para a mudança cultural.” (SANTIAGO, 2014, pág.11)

O racismo, no entanto, obviamente não se dá inicialmente por parte das crianças, é preciso que sejam ensinadas, ou que apenas assistam determinadas práticas para então reproduzi-las, e isso se dá por parte dos adultos, estes são o espelho das crianças. Segundo FINCO (2003), “*(...) os comportamentos pré-determinados, os preconceitos e discriminações são construções culturais, que existem nas relações dos adultos mas ainda não conseguiram contaminar totalmente a cultura da criança(...)*”, ou seja, as práticas dos educadores no âmbito escolar podem influenciar nas relações entre as crianças, e a mudança em determinadas práticas sociais que agem de maneira preconceituosa pode ocorrer não com total eficiência, mas de maneira que amenize práticas racistas através do papel importante que o educador exerce no meio escolar,

assim como, pode também fomentar e evidenciar as práticas de exclusão do aluno negro.

O que torna a “doença” de nossa sociedade algo difícil de tratar, é o quanto são contaminados nossas pequenas crianças, tornando de certo modo o racismo algo perpétuo. Visto que as crianças são a nossa sociedade do futuro, e como é justamente o futuro que precisa ser alterado diante do racismo, o trabalho para este feito tem de ser iniciado bem cedo, e o local mais apropriado, é onde a criança tem um de seus primeiros contatos com demonstrações do que é a sociedade: a escola.

5.2 Escola agrega ou segrega?

Quando vamos analisar o âmbito escolar a questão é: como o aluno negro se reconhecerá em meio a tantos personagens brancos presentes intitulados figuras importantes quando se trata de história dentro da escola, como se sentirá pertencente ao emaranhado de itens da cultura branca, sendo que sempre é marginalizado dentro e fora deste ambiente? Segundo NOGUEIRA & NOGUEIRA (2002), para o grande sociólogo francês Pierre Bourdieu nenhuma cultura pode ser objetivamente definida como superior a nenhuma outra (p.28), a escola reproduz desigualdades sociais, as chances oferecidas por ela são desiguais, uns estão em condições mais favoráveis que outros. As classes dominantes possuem um *capital cultural* anterior (elitizado), enquanto as classes oprimidas não possuem acesso à tal cultura, e com isso gera uma desigualdade no momento em que a escola cobra esta cultura elitizada.

Na escola coexistem vários ambientes onde se estabelecem as relações sociais entre as pessoas que lá frequentam, sejam adultos ou crianças, lá se manifestam relações de poder e hierarquia, onde usualmente nelas se manifestam determinados preconceitos. Dentre estes ambientes, a sala de aula é o local onde os alunos costumam passar a maior parte do tempo, e conseqüentemente é onde se estabelecem as relações de maneira evidente sobre quem é superior ao outro.

Quando nos referimos às relações pautando a cor do indivíduo, é comum que o branco esteja em situações privilegiadas em relação aos negros. SANTOS (2014) coloca que o índice de repetência e evasão escolar em sua maioria são alunos negros, e estes são os mesmos que não recebem elogios, afagos, ou qualquer expressão desta natureza por parte dos professores, isso acarreta na baixa autoestima que a criança negra carrega consigo, não conseguindo desenvolver uma identidade e assim prejudicando o seu

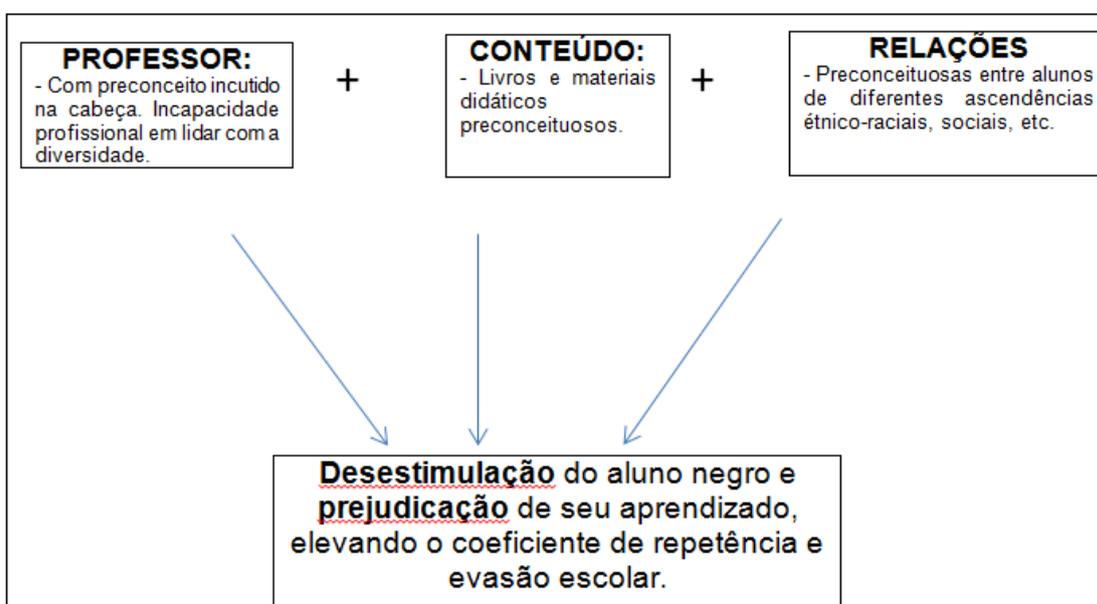
desenvolvimento do seu potencial cognitivo e intelectual. Os sentimentos de *acolhimento* (bem-estar do aluno), *reconhecimento* (olhar da escola para o aluno, o enxergar como semelhante) e *pertencimento* (o aluno se sente pertencente àquele espaço, a escola é seu lugar natural) em grande parte do tempo não despertados no aluno negro. Segundo ARCHANGELO & VILLELA, (2013), tais sentimentos são primazias para uma escola ser significativa e se tornar um ambiente desejável, e levando em consideração que a escola (pública, laica e de qualidade) é um direito de todos cidadãos, sendo assim, a escola assim como para os brancos deve ser uma ambiente democrático e agradável para os negros, tentando dizimar quaisquer práticas sejam atitudinais, orais ou até mesmo implícitas e, as vezes involuntárias, de preconceito.

FEITOSA (2012), em sua pesquisa, percebe que o desconhecimento ou mesmo falta de comprometimento dos gestores em relação à temática racial, impede que eles consigam reconhecer e até mesmo interferir em conflitos incitados pelo racismo, o que coloca em evidência a solidão do aluno negro quando se refere em respaldos para a erradicação do racismo.

Em prefácio para a obra “*Superando o racismo na escola*”, organizada por Kabengele Munanga, com iniciativa do Governo Federal e Ministério da Educação, o Presidente da República na época, Fernando Henrique Cardoso, coloca que o tema do racismo e da discriminação racial é importante para aqueles que se preocupam com a educação, e através da própria linguagem se constroem práticas culturais que nem sempre, assim como nas atitudes, na linguagem está alojados determinados estigmas. Quando se trata de uma atitude diz respeito à um determinado indivíduo, sendo possível reverter alguns tipos de agressões, porém quando se trata de algo infiltrado na cultura, como é a linguagem, a reversão não é tão simples, se torna algo impalpável, que para ser revertido demanda muito tempo e muitas ações afirmativas.

“A linguagem é uma das manifestações mais próprias de uma cultura. Longe de ser apenas um veículo de comunicação objetiva, ela dá testemunho das experiências acumuladas por um povo, de sua memória coletiva, seus valores. A linguagem não é só denotação, é também conotação. Nos meandros das palavras, das formas usuais de expressão, até mesmo nas figuras de linguagem, freqüentemente alojam-se, insidiosos, o preconceito e a atitude discriminatória. Há palavras que fazem sofrer, porque se transformaram em códigos do ódio e da intolerância.” (MEC, *Superando o racismo na escola*, 2005, pág 9-10).

No interior da escola, e não somente nele, estão alojadas determinadas práticas que evidenciam o racismo, mesmo que não estejam explícitas, estão nas entrelinhas o racismo velado, o preconceito e a discriminação, o que a linguagem se torna uma grande colaboradora para a perpetuação de tais práticas. MUNANGA (2005), nesta obra que organizara, coloca na apresentação, que “*somos produto de uma educação eurocêntrica e que podemos, em função desta, reproduzir consciente ou inconscientemente os preconceitos que permeiam nossa sociedade*”, temos através dos instrumentos didáticos que perpetuam a discriminação e a depreciação daquilo que não provém do ocidente, conteúdos viciados. O professor, como mediador, muitas vezes por despreparo ou por preconceito introjetado, não faz uso das situações de racismo em flagrantes, podendo tornar destes momentos, um espaço privilegiado de discussão sobre a diversidade, e também para conscientização dos alunos da importância e riqueza que ela traz à nossa identidade nacional. Tal diversidade, quando o professor sabe fazer uso dela, não estabelece uma hierarquia entre os grupos humanos (superioridade ou inferioridade), ela complementa e enriquece a humanidade em geral, ajuda o aluno discriminado assumir com orgulho e dignidade os atributos de sua diferença, a diversidade se torna uma ferramenta e tanto para dar acrescentar culturalmente e criticamente. O antropólogo apresenta a seguinte ideia, apresentada no esquema:



Fonte: Elaboração própria.

Diante do que grandes pesquisadores nos demonstraram, a resposta para a pergunta inicial deste capítulo é que a escola na realidade não se mostra nada

acolhedora perante o preconceito introjetado, ao invés de agregar valores, cultura, conhecimento, diversidade, criticidade, ela se torna uma ferramenta de reforçar a discriminação e a desigualdade. É nítido e não é isolado os casos de racismo enfrentados em nosso país.

Diante desta segregação que a escola exerce sobre as crianças, não tratando-as de maneira igualitária de acordo com seus segmentos raciais, gerando uma certa normalidade que passa a dificultar o combate ao racismo, as crianças negras desde muito pequenas demonstram resistência diante desta violência que sofrem cotidianamente, evidenciando sua solidão na luta no interior da escola, como SANTIAGO (2014) apresenta em sua pesquisa:

“A partir dos pressupostos de Foucault (2001) podemos compreender a extremidade do poder e a resistência como força do mesmo campo, não existindo um poder destituído de qualquer resistência. Neste sentido, ao mesmo tempo em que se produz uma racialização, se cria uma força de repulsão deste processo, seja através de modelos naturalizados pela sociedade enquanto movimentos de resistência, seja por ações intersubjetivas de negação da ordem prescrita e da normatividade apresentada.

Com base nesse pressuposto, podemos questionar a suposta passividade construída sobre expressões como choros, gritos e desânimos das crianças. Estas podem ser expressões de um movimento de resistência frente ao poder exercido pelo universo adulto sobre os corpos infantis. Os choros, bem como outras manifestações de desobediência das crianças negras, podem ser entendidos como discurso de discordância dos enquadramentos sociais racistas impostos pelas práticas pedagógicas presentes na educação infantil.” (SANTIAGO, 2014, p.50, 51)

A escola quanto ambiente que deveria ter como papel fundamental agregar valores, diversidade cultural, de tal maneira a formar cidadãos críticos, autoconfiantes, produtores de conhecimento, se torna um ambiente segregacionista, onde ampara uns em detrimento de outros, valorizando uma cultura enquanto desconsidera as demais, tornando-se um ambiente onde poucos conseguem sentirem de fato pertencentes e felizes, enquadrando crianças em um padrão cultural onde elas sentem enorme desconforto e não conseguem se identificar.

6 - CAPÍTULO 3

6.1 O racismo na escola e sua regionalidade diante de pesquisas científicas

Para realização deste trabalho, fora necessário uma busca de dados que trouxesse um número considerável de pesquisas que abrangessem o racismo, a escola e a criança concomitantemente, visto que o objetivo era demarcar o que havia em comum diante dos trabalhos feitos acerca do tema, e quais são os aspectos em comum diante das atitudes das crianças negras, e qual a representação do ser negro para elas.

Diante disto, foi feita uma busca em plataformas digitais, começando pela plataforma *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), em seguida no Sistema de Bibliotecas da Unicamp (SBU) e posteriormente na plataforma do *Google* e *Google Acadêmico*.

A leitura dos artigos e teses, levantou aspectos importantes e bastante semelhantes em seus resultados, deixando nítido o quanto o racismo perdura em âmbito nacional. A maioria das pesquisas são voltadas para escolas da região Sudeste do Brasil, contemplando majoritariamente o estado de São Paulo, este que é um dos mais desenvolvidos economicamente, concentrando grande parte da riqueza nacional, mas que por outro lado tem desigualdades discrepantes.

Diante da diversidade cultural do Brasil, segundo sua regionalidade, é provável que a autodeclaração de cor também sofre influências da cultura que circunda as pessoas. Segundo o IBGE de 2008, a maior população que se declara negra ou parda se concentra na região Norte e Nordeste (podendo ser justificado pela enorme exploração de território e riquezas em matéria-prima, que contavam com o trabalho escravo para a sua extração), onde os números de autodeclarações passam de 75%, enquanto nas regiões Sul e Sudeste este número cai para abaixo de 40%, devido ao grande fluxo de imigrações europeias e asiáticas nos últimos séculos

O racismo ser colocado em pauta de pesquisas em grande maioria na região sudeste, não exclui sua existência nas demais regiões do país, nem mesmo as que possuem uma maior concentração de negros, porém o fato de haver uma grande quantidade de auto declarações de negros e pardos, mostra que na maioria dos casos, ao contrário do que vimos nas escolas da região sudeste, ter consciência da sua cor, mesmo diante do que isto possa acarretar no seu indivíduo perante o que é imposto pelos

padrões estéticos e culturais, não é algo dificultoso, visto que 75% contempla $\frac{3}{4}$ do total da população.

6.2 O que as pesquisas nos apontam

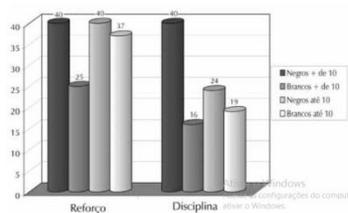
Os artigos a serem discutidos neste tópico estarão separados de acordo com a plataforma em que foram selecionados, e em seguida enumerados um a um para a discussão dos dados.

- ***Scientific Eletronic Library Online (SciELO):***

1- **“Do bullying ao preconceito: os desafios da barbárie a educação”** (Débora C. Antunes; Antônio A.S. Zuin -UFSCAR) – Aborda a violência e o preconceito de uma maneira generalizada, com enfoque na violência nas relações aluno-aluno ou aluno-professor, sem abordar ou ao menos mencionar aspectos relacionados ao racismo, não trazendo dados que fossem relevantes para esta pesquisa.

2- **“ Quem é negro, quem é branco: desempenho escolar e classificação racial de alunos”** (Marília Carvalho-USP) - Aborda sobre a evasão escolar predominantemente de meninos negros, onde os processos cotidianos teriam os conduzido a um pior desempenho escolar, aborda a questão de “raça social”, um termo que não é comprovado no campo biológico, que é plenamente existente no mundo social. Apresenta uma pesquisa de campo feita com uma escola do município de São Paulo, contemplando 243 crianças de 1ª a 4ª série (nomenclatura ainda utilizada na época de realização da pesquisa), onde pedia aos alunos que classificassem a si mesmos, e professores classificassem os alunos, quanto às raças propostas pelo IBGE. Apresentando os dados de tal maneira que entrelaçem a cor aos problemas escolares:

Gráfico 2 – Porcentagem nos grupos de reforço e problemas disciplinares por renda (em salários mínimos) e raça heteroatribuída



Fonte: CARVALHO, Marília. **Quem é negro, quem é branco: desempenho escolar e classificação racial dos alunos.** *Revista Brasileira de Educação.* Jan /Fev /Mar /Abr 2005 n. 28, p. 90.

Quadro 5 – Discrepância entre auto e heteroatribuição de cor x problemas escolares

	Concor- dância		Professor clareia		Professor escurece		Total	
	n	%	n	%	n	%	n	%
Escola	116	57	68	34	19	9	203	100
Reforço	42	63	18	27	7	10	67	100
Disciplina	25	55	12	27	8	18	45	100
N. citados	38	58	24	37	3	5	65	100
Elogiados	31	52	21	35	8	13	60	100

Fonte: CARVALHO, Marília. **Quem é negro, quem é branco: desempenho escolar e classificação racial dos alunos.** *Revista Brasileira de Educação.* Jan /Fev /Mar /Abr 2005 n. 28, p. 90.

O que a pesquisa em linhas gerais aponta é que o julgamento dos docentes perante ao desempenho positivo dos alunos está ligado ao clareamento que o mesmo exerce sobre os discentes. Outro aspecto importante é que os alunos classificados por cor preta, como apresenta a pesquisa, em sua maioria não obtiveram queixas nem elogios, demonstrando uma certa “invisibilidade” perante os docentes.

3- **“Preconceito de cor e racismo no Brasil”** (Antônio Sérgio Alfredo Guimarães-USP) – Coloca em discussão uma historicidade diante das relações raciais no Brasil, buscando pontuar os teóricos que tinham pesquisas que abordavam sobre o tema, sob um viés histórico e cronológico, tendo em pauta os conceitos de “preconceito de cor” e “racismo”, onde o primeiro conceito de acordo alguns teóricos estava atrelado ao “preconceito de classe”, e o segundo

conceito se tratava inicialmente apenas de uma “doutrina” ou “ideologia política”:

“No entanto, a geração dos anos 1950 e os seus discípulos nos anos 1960 estudaram e discutiram o preconceito de cor e o preconceito racial, mas não trataram de racismo. Isso porque o racismo era entendido apenas como doutrina ou ideologia política. A expectativa geral era de que o preconceito existente seria superado paulatinamente pelos avanços e pelas transformações da sociedade de classes e pelo processo de modernização.” (GUIMARÃES, 2004, p.24)

As conclusões do autor perante os sociólogos e antropólogos que abordaram sobre esta temática, é que segundo autores americanos, as desigualdades raciais de classe no Brasil eram “relativamente fracos”, podendo desaparecer no futuro, o que para Florestan, o preconceito “impedia que a nova ordem competitiva desenvolvesse em sua plenitude”. Para a geração do autor, os preconceitos não eram apenas funcionais para o “desenvolvimento do capitalismo brasileiro”, assim como eram funcionais para a “reprodução do sistema de desigualdades raciais”.

4- **“Gritos sem palavras: resistência das crianças pequeninhas negras frente ao racismo”** (Flávio Santiago - UNIPALMARES) - se trata de um artigo que faz menção a uma pesquisa realizada em um Centro de Educação Infantil da região metropolitana de Campinas, para a tese de mestrado do autor, onde aborda a “violência do processo de racialização sobre a construção das culturas infantis”. As crianças são produtoras de cultura e possuem sua própria linguagem, as crianças negras em particular, demonstram através de seus gritos, sua resistência diante do racismo que enfrentam no interior da escola.

“Os sons que ecoam pelos corredores da educação infantil nos dizem muito mais do que barulhos, nos mostram a força que as crianças pequeninhas projetam a fim de resistirem à violência dos enquadramentos sociais racistas. As crianças pequeninhas resistem em favor da vida, procurando deslegitimar a lógica racista presente em muitas ações realizadas pelos/as docentes. Por meio de seus atos, elas procuram mostrar que querem ser reconhecidas de

outras formas, que muitas vezes não correspondem às pré-estabelecidas pelos enquadramentos sociais.

No entanto, nem sempre essas linguagens infantis são ouvidas; muitas vezes são deixadas à margem, esquecidas na insensibilidade construída pelo colonialismo. Dentro desse processo, os meninos e meninas pequeninhos/as gritam, os/as docentes resmungam e ninguém se ouve, a impossibilidade de escuta assola o adultocentrismo e legitima todas as formas de racismo.” (SANTIAGO, 2015, p.147)

É através da escuta dessas manifestações de resistência advindas das crianças negras, que pode se construir uma pedagogia descolonizadora, fornecendo elementos para refletir acerca da ação docente, trazendo um questionamento sobre o posicionamento político do docente diante a segregação racial.

5- **“Racismo e anti-racismo: preconceito, discriminação e os jovens estudantes nas escolas cariocas”** (Yvonne Maggie – UFRJ) – se trata de um artigo que inicialmente discute o caso de uma vestibulanda negra para o curso de Medicina na Universidade Federal do Paraná, que considerou seu direito violado devido não ter conseguido sua vaga no curso por cotas, sendo que sua colocação a colocaria na universidade, onde teve seu pedido recusado por um juiz que se posicionou desta maneira:

“(…) é chegada a hora de todos nós, brancos e aquinhoados pela vida em abundância, repartirmos o valor da dívida com o povo negro, que pela sua escravidão, contribuiu significativamente para a construção das bases do nosso País. Nosso débito é alto. Você está pagando por ele agora. Meus filhos certamente o pagarão. E é possível que meus netos também o paguem. Mas não é possível negar essa dívida ou retribuir-lhes com a ingratidão ou o egoísmo. Conforme-se. Não há injustiça nisso, pelo contrário, é a justiça que ora é proclamada. Tente novamente. Você certamente conseguirá. E quando estiver nos bancos universitários e olhar para o lado, vendo seus colegas negros lá sentados com você, preenchendo um vazio de dor que antes existia, compreenda que você mesma ajudou a construir essa nova realidade, para que o Brasil começasse a se tornar uma sociedade mais livre, justa e solidária. Por essas razões, indefiro a liminar postulada.” (MAGGIE, 2006, p. 740)

A autora chama a atenção para a “reparação” deste débito mencionado pelo juiz que recai sobre os jovens negros, e diz que para isso é necessário tomar conhecimento sobre “como se dá a discriminação e o racismo que os afeta mais de perto e como enfrentam esses obstáculos no seu cotidiano escolar”, destacando que é na escola que inicialmente estão mais sujeitos a estes obstáculos.

O artigo faz menção da historicidade das ações afirmativas, colocando como marco a III Conferência Mundial das Nações Unidas de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, que ocorreu no início do século XXI, na África do Sul, onde ocorreu as reais mudanças do governo brasileiro diante a questão racial.

“O Brasil viu-se, assim, no início do novo século, com uma proposta de modificação da nação. Nossa legislação a-racial e todo o arcabouço jurídico brasileiro até a constituição de 1988 pregavam o combate ao racismo como crime inafiançável e tratava os cidadãos como iguais. Agora estes projetos de lei propõem tratar “desigualmente os desiguais”, construindo assim um país legalmente dividido em duas figuras de direito – brancos e negros.” (MAGGIE, 2006, p.742)

Com foco nos jovens pobres cariocas, a respeito do que “pensam, sentem ou reagem” diante do tema “racismo na vida cotidiana”, foi feita durante dois anos uma observação nas escolas cariocas.

“Em novembro de 2005, como um desdobramento da pesquisa realizada desde 2004, fizemos um *survey* nas 21 escolas cariocas que eram objeto de estudos de caso intensivo, sendo 19 delas da rede estadual, uma da rede federal e uma da rede particular. Entre as 21 escolas da rede estadual, 19 tinham tido baixo desempenho na avaliação feita anualmente pela Secretaria de Educação, o Programa Nova Escola, e estavam sendo objeto de uma política especialmente desenhada para melhorar o seu desempenho. As duas outras eram escolas consideradas boas nesta avaliação. A escola da rede particular e da rede federal são escolas consideradas de excelência. As 19 escolas da rede estadual estão localizadas em bairros pobres do estado ou em bairros próximos a comunidades pobres. As duas escolas de excelência localizam-se em bairros ricos da cidade. Fizemos perguntas a 391 estudantes destas escolas em uma

amostra feita com base no universo de estudantes que freqüentam estas 21 escolas.” (MAGGIE, 2006, p. 743;744.)

Os pesquisadores pontuaram que o tema do racismo e discriminação embora presentes no cotidiano da escola, não era de interesse dos alunos, tendo preferência por assuntos como qualidade (da escola e docentes) e repetência. Quando questionados pela quantidade de reprovações culpavam os próprios alunos e a realidade que estavam inseridos (pobreza, tráfico e desestrutura familiar), então foi preciso que os pesquisadores fossem “direto ao ponto”, perguntando claramente sobre o preconceito e discriminação na escola. A pergunta inicial foi sobre “cor/raça”:

“(…)35,5% se autodeclararam brancos, 39,5% se autodeclararam pardos e 25% se autodeclararam pretos. Verificamos que estes dados revelam uma população estudantil mais escura que a população do estado do Rio de Janeiro que, segundo o censo 2000, compõe-se de 53,9% brancos, 33,7% pardos, 10,9% pretos e menos de 1% amarelos e indígenas. Os resultados do Exame de Ensino Médio (ENEM) em 2001 mostram que os concluintes do ensino médio naquele ano de 2001 eram compostos por 58,5% de brancos, 36% de mulatos e negros, sendo 30,5% de pardos, 6,3% de negros.” (MAGGIE, 2006, p.744)

A pesquisa não apontou números significativamente altos referente aos alunos que se sentem discriminados, porém quando apontam as causas a cor aparece como primeira, seguindo por ser mulher, pobre, homossexual, gordo, bom aluno (brancos, apontavam que eram discriminados por serem bons alunos) e por fim, mau alunos. Uma porcentagem de 16,1% dos estudantes, maioria negros, apontaram que “professores não acreditam na vontade de estudar dos alunos negros”, que está atrelada a resposta sobre acreditar na vontade de aprender dos alunos pobres, onde o numero mais expressivos veio dos alunos pardos e pretos, o que pode indicar que a pobreza e a cor estão associadas.

Em linhas gerais, a pesquisa referente a estas escolas, que claramente não representa as escolas a nível nacional, nem ao menos todas as escolas cariocas, apontam que a discriminação não é um tema discutido nas escolas, porém é mais sentido pelos alunos negros.

6- **“Espaço escolar e discriminação: significados de gênero e raça entre crianças”** (Tânia Mara Cruz – USP) – uma pesquisa realizada no município de São Paulo, entrevistando meninas e meninos dos anos iniciais do ensino fundamental, observando um intenso racismo e sexismo diante das interações e com pouca intervenção dos adultos. No quesito “Ocorrência de discriminação nas turmas de crianças de quartos e quintos anos”, a pesquisa obteve resultados interessantes:

“No total de 51 meninas, 40 manifestaram alguma percepção de discriminação contra si; e de 61 meninos, 36 manifestaram o mesmo. Em números individuais, podemos dizer que pouco mais de dois terços das meninas e metade dos meninos sofrem discriminação na escola pesquisada. Mas, se considerarmos o número de ocorrências citadas, vamos perceber um dado interessante: se o número de ocorrências entre meninos é maior que o número total deles, significa que os mesmos meninos são muitas vezes discriminados, principalmente nos quesitos considerado homossexual, por agir diferente dos meninos e por usar cores, objetos e roupas considerados de meninas. Tais dados correspondem a pressões ostensivas na defesa da masculinidade hegemônica e da heteronormatividade, por meio da designação de gays e veados a meninos que expressam alguma característica considerada como feminina, embora, ao designar um menino, quem o designa não trabalhe, necessariamente, com certezas, mas com enquadramentos em situações masculinas(...)” (CRUZ,2014, p.168)

Os dados apontam que há uma hierarquização entre meninos e meninas, ser mulher já um atributo desvalorizado.

Quando a pesquisa buscou apontar a discriminação racial, obtiveram números poucos expressivos, o que fez surgir a indagação “Dificuldade de perceber o racismo ou de se ver como negro (a)?”, onde os dados apontam que de 114 crianças, apenas 9 se autodesignaram negras. Esta pesquisa também trouxe outras atribuições de cores que foram citadas pelas crianças, como “moreno (a)”, “café-com-leite” “mestiça”, “moreno claro”, “bege”, “meio moreno meio branco”, “branco e amarelo” e também teve aqueles que não quiseram declarar sua cor, o que evidencia a dificuldade em se assumir como negro. As crianças se definiram de modo geral, poucas negras, algumas pardas e a maioria

morenas, mas não impediu que as morenas e pardas denunciassem o racismo que sofriam.

7- **“Infância, raça e paparicação”** (Fabiana de Oliveira, doutora pela UFSCAR, docente na UNIFAL; Anete Abramowicz, doutora pela UNICAMP, docente na UFSCAR) – uma pesquisa desenvolvida em uma instituição de educação infantil na cidade de São Carlos, interior de São Paulo. As autoras pontuam que o racismo na educação infantil é identificado de uma maneira diferente do ensino fundamental (que é notado com um desempenho escolar baixo das crianças negras), na educação infantil percebe-se o racismo pelas “relações afetivas e corporais entre adultos e crianças e nas brincadeiras espontâneas destas”.

“Nas brincadeiras na educação infantil, esse racismo aparece quando as crianças negras são as empregadas domésticas, quando as crianças brancas temem ou não gostam de dar as mãos para as negras, etc. O racismo aparece na educação infantil, na faixa etária entre 0 a 2 anos, quando os bebês negros são menos “paparicados” pelas professoras do que os bebês brancos. Ou seja, o racismo, na pequena infância, incide diretamente sobre o corpo, na maneira pela qual ele é construído, acariciado ou repugnado.” (OLIVEIRA & ABRAMOWICZ, 2010, p. 221 e p. 222)

A pesquisa realizada aponta uma certa “comparação/ classificação entre as crianças”, onde a “paparicação” se restringia em maior parte do tempo às crianças brancas, havendo a recusa de contato físico com as crianças negras por parte das professoras, apesar das mesmas afirmarem que para elas “todos são iguais”, possuindo um discurso de igualdade, que mostra a influencia da falsa ideologia da “democracia racial”.

8- **“Políticas da diferença: para além dos estereótipos na prática educacional”** (Reinaldo Matias Fleuri - USP) – este artigo problematiza o “racismo” e os “processos de discriminação sociocultural”, discutindo a questão da “*diferença* na educação”. Trata a princípio da “educação inter/multicultural”, que visa “promover a relação e o respeito entre grupos socioculturais, mediante processos democráticos e dialógicos”, em seguida faz

uma discussão teórica problematizando autores que falam a respeito da “igualdade, diversidade e diferença”, fazendo uma compilação e discussão de trabalhos que abordam a questão da diferença sociocultural na educação.

9- **“A expressão das formas indiretas de racismo na infância”** (Dalila Xavier de França – Universidade Complutense de Madrid; Maria Benedita Monteiro – Universidade do Porto) – trata-se de um artigo baseado no campo da psicologia social, iniciado pelo refutamento da afirmativa “após os sete anos de idade as crianças tornam-se menos preconceituosas (e.g., Aboud, 1988; Bigler & Liben, 1993; Brown, 1995; Doyle & Aboud, 1995; Doyle, Beaudet, & Aboud, 1988; Katz & Zalk, 1978; Williams, Best, Boswell, Mattson, & Graves, 1975; Yee & Brown, 1992).”, as autoras pontuam que esta afirmativa é questionável, pois não haveria explicação para atitude preconceituosa nos adultos. Com isso, a pesquisa busca evidenciar que :

“(…)a partir de certa idade, as crianças, diferentemente do que afirma a abordagem cognitiva do desenvolvimento do preconceito na infância não reduzem a expressão do preconceito, mas apenas mudam, em determinadas circunstâncias, o modo de expressão desse preconceito, tornando-se mais indiretas.” (FRANÇA&MONTEIRO, 2004, p. 705, p. 706)

As autoras trazem a definição de três teorias que analisam os aspectos mais velados do racismo, começando do *racismo ambivalente* (“conflito de atitudes e de sentimentos dos americanos brancos em relação aos americanos negros”, motivado pela “coexistência de sentimentos de simpatia e de rejeição em relação aos negros”), em seguida definem o *racismo simbólico* (“atitudes contra os negros decorrem da percepção deste grupo como uma ameaça aos valores do individualismo”, “ameaça simbólica”), e por fim a teoria do *preconceito sutil*, que difere do *preconceito flagrante* (direto e explícito), o preconceito sutil “tem como fundamento a defesa de valores do individualismo da civilização ocidental”. Quanto as novas teorias, as autoras decidem analisar o *racismo aversivo*, cuja forma de expressão “apresentada pelos indivíduos que possuem fortes valores igualitários”. Em seguida, apresentam um experimento feito com Conservadores, que como resultado prestaram menos ajuda aos negros do que aos brancos, e Liberais de certa

forma ajudavam brancos e negros igualmente, porém como o experimento era feito via chamada de telefone, encerravam a chamada com mais frequência aos negros.

Foram aplicados três estudos no Brasil, o primeiro estudo como objetivo: “verificar efeito da saliência de um contexto igualitário (em que a discriminação não é justificável), ou de um contexto de diferenciação (em que a discriminação é justificável)”, tendo como objeto de pesquisa crianças brancas de escolas públicas e privadas, e se iniciou através da seguinte situação em que era proposto à crianças:

“Imagine que você está querendo construir uma casa (para meninas) ou uma garagem de brinquedo (para meninos), e precisa de algumas crianças para o ajudar na tarefa de levar tijolos para a construção. Você chama duas crianças para o ajudar, e diz-lhes que lhes dará em troca alguns doces.” (FRANÇA&MONTEIRO, 2004, p. 709)

O resultado obtido foi analisado em dois contextos, o que justifica e o que não justifica a discriminação:

“A discriminação racial foi avaliada através da distribuição de recompensas a alvos Branco e Negro em dois contextos: um contexto que justificava a discriminação (diferenciação de desempenhos) e outro que não justificava (igualdade de desempenhos). Verificámos, como previsto na primeira hipótese, que as crianças discriminaram o alvo Negro em relação ao alvo Branco. Contudo, verificámos também que este resultado depende da idade das crianças e do tipo de contexto normativo de resposta. Enquanto as crianças entre os 5 e 7 anos não são sensíveis ao contexto normativo presente nas situações e discriminam sempre a criança-alvo Negra em relação à Branca, a partir dos oito anos de idade as crianças deixaram de discriminar o Negro no contexto que não justifica a discriminação, mas continuam a discriminá-lo num contexto em que a discriminação pode ser justificada por uma aparente diferenciação no desempenho dos alvos. Em outras palavras, as crianças mais velhas não reduzem incondicionalmente a discriminação, como pretendem as teorias de base desenvolvimentista cognitiva, apoiando-se nas suas novas competências afetivo-cognitivas; mas apenas se mostram racistas em contextos nos quais elas acreditam que o seu comportamento

discriminatório pode ser justificado por algum modo que não o da pertença racial dos alvos. Assim, enquanto as crianças mais novas expressam racismo quer de forma direta, quer de forma indireta, as crianças mais velhas apenas expressam racismo de forma indireta.” (FRANÇA&MONTEIRO, 2004, p. 711, p.712)

O segundo estudo, tinha como objetivo: “ verificar a influência da saliência de uma norma anti-racista sobre a expressão de racismo em crianças de dois grupos de idade”, sob orientação de uma entrevistadora negra, abordados em sala de aula, as crianças receberam a instrução:

“«Vou falar sobre dois meninos que querem comprar bicicletas. Cada um deles quer sua própria bicicleta. Eu resolvi ajudá-los pedindo contribuição para eles às crianças das escolas. Para contribuir você tem só que colocar esse dinheiro (13 notas de brinquedo de 1 Real = 0,35 Cêntimos cada) nesses mealheiros. Veja! Outras crianças já contribuíram.» Então a entrevistadora balança os dois mealheiros, produzindo ruído, para tornar credível a informação que acaba de dar. «Você dá quanto quiser e do jeito que quiser. O dinheiro que você der, vai ser transformado em dinheiro de verdade e depois dado a eles.»” (FRANÇA&MONTEIRO, 2004, p. 712)

Assim, obtiveram resultados distintos e influenciados com a presença ou ausência da entrevistadora negra:

“Os resultados indicaram que as crianças de 5 a 7 anos discriminam o alvo Negro, tal como previsto nas hipóteses, independentemente do grau de saliência da norma anti-racista. Já as crianças de 8 a 10 anos, apresentam discriminação do alvo Negro apenas quando a entrevistadora está ausente. Ou seja, na situação em que estas crianças são motivadas pela norma anti-racista, decorrente da presença da entrevistadora Negra, elas respondem com um comportamento de orientação igualitária, e não discriminatória. Contudo, a ausência da entrevistadora Negra, desactivando os conteúdos da norma anti-racista, permite-lhes expressarem o preconceito que, de facto, continuam a ter em relação às crianças Negras.

(...) A fim de analisar, precisamente, a relação entre as normas racistas, implícitas e explícitas, nos adultos e nas crianças e verificar a partir de que idade as crianças interiorizam as normas racistas

implícitas, nas sociedades em que o grupo Branco é dominante, realizámos um terceiro estudo. Em outras palavras, queremos saber se nas idades em que as crianças exprimem o racismo de forma indirecta elas estão sob o efeito da vontade de se mostrarem igualitárias.”
FRANÇA&MONTEIRO, 2004, p. 714)

Por fim, o terceiro estudo tem a intenção de “verificar a hipótese de que a emergência de formas sutis de discriminação deve estar associada a uma interiorização, pelo menos parcial da norma anti-racista”, com isso estabelecem o objetivo de “verificar se a norma anti-racista dos adultos está presente nas crianças do grupo Branco, por volta dos 8 anos, mas não anteriormente”, tendo como objeto crianças e mães, avaliando a adoção da “norma anti-racista através da percepção da normatividade do preconceito das mães relativa ao grupo dos negros e do preconceito das crianças em relação ao mesmo grupo”. As pesquisadoras notaram o seguinte resultado :

“Verificámos que na faixa etária de 5 a 7 anos as crianças ainda não adquiriram a norma anti-racista, uma vez que apresentam elevados índices de preconceito relativamente a muitos dos grupos investigados, incluindo o grupo dos Negros, independentemente da orientação normativa dos adultos de referência. Este resultado parece confirmar o fenómeno do “pico etnocêntrico”, encontrado em outros estudos sobre preconceito na infância (Aboud, 1988; Bigler & Liben, 1993; Doyle & Aboud, 1995; Doyle, Beaudet, & Aboud, 1988; Katz & Zalk, 1978; Williams, Best, Boswell, Mattson, & Graves, 1975; Yee & Brown, 1992) sugerindo que as crianças desta idade discriminam os grupos de modo quase indiferenciado, de modo que podemos concluir que elas ainda não adquiriram ou interiorizaram a norma anti-racista.

Já as crianças que têm mais de 7 anos de idade, mostraram, como previsto na hipótese, ter interiorizado a norma anti-racista, adotando as normas de seu grupo de referência. Essas crianças apresentam o mesmo padrão de preconceito apresentado pelas mães, não só em relação aos três grupos estigmatizados pelos adultos como em relação ao grupo dos negros. Podemos dizer, seguindo Crandall *et al.* (2002), que elas apresentam o padrão de preconceito dos adultos, ou seja, discriminam os grupos em relação aos quais é permitido discriminar e não discriminam os grupos em relação aos quais não é permitido discriminar.” (FRANÇA&MONTEIRO, 2004, p. 718)

Com esse estudo, conseguem refutar o que Aboud afirmava de maneira cognitivista (“redução do preconceito nas crianças mais velhas, que já teriam

atingido a fase da descentração”), pois as crianças mais velhas continuam a expressar um comportamento discriminatório, se dando de uma maneira indireta, de tal forma que “fica imune à crítica ou punição social”.

- ***Sistema de Bibliotecas UNICAMP (SBU)***

1- “A escravidão da criança negra e a Lei do Ventre Livre (1871): a pedagogia da escravidão” (Cláudia Monteiro da Rocha Ramos- UNICAMP)

– Trata de uma pesquisa histórica acerca da escravidão em destaque à abolição tardia do nosso país, tratando do “cativeiro humano” que “foi recriado no período moderno, junto com o capitalismo comercial e o movimento de expansão colonial”. A autora aponta aspectos importantes relacionados a dinâmica escravista, que afetou de diversas maneiras os povos provindos do continente africano.

“Esse acontecimento alterou os costumes e a própria estrutura da sociedade local. A escravidão, enquanto regime que supõe a posse de um homem por outro, legitimou, com sua vigência, a hierarquia social, relegando o trabalho manual exclusivamente aos escravos, e as desigualdades se disseminaram nessa sociedade, principalmente nas questões escolares.

Os negros, desterrados de seu continente, separados de seus laços de relação pessoal, alheios à nova língua e aos novos costumes, foram entendidos como propriedade, uma peça ou coisa, a partir do que o escravizado perdia sua origem e sua identidade.” (RAMOS, 2008, p.193)

Neste contexto onde há uma tentativa de apartar os negros de tudo que está relacionado à sua cultura, e um considerável controle sobre a vida deles, houve rebeldias de maneira isoladas, e segundo historiadores, não havia uma possibilidade de se organizarem coletivamente e terem uma compreensão crítica da própria situação, levando em consideração que naquele momento tinham a sua sobrevivência como uma “demanda urgente”. A preocupação com a educação dos negros nascidos livres, surge nesta situação (primeiramente com teóricos estrangeiros).

“A nova ordem social, política e econômica traz a preocupação em adequar o negro a esta sociedade e, agora, a preocupação pela necessidade de educar as

crianças filhas de escravos ou, como se dizia, oferecer educação como um fator de integração social dos negros.” (RAMOS, 2008, p. 195)

Por mais que houvesse tal preocupação, a mesma não fez com que as crianças negras fossem educadas em estabelecimentos destinados a elas. O negro desde o momento de chegada ao nosso país era ensinado por medidas duras de violência, era exigido deles a aprendizagem da língua local e também a submissão ao seu senhor, e com isso, a criança neste contexto aprendia a lógica do sistema escravista. O trabalho do campo era aprendido por imitação, onde a maioria das crianças negras não tiveram acesso a outro tipo de educação. Com a proibição do tráfico negreiro, e conseqüentemente com a abolição, haveriam de procurar outros meios de repor os trabalhadores do campo, recorrendo a educação para isto, o que não se deu de maneira tão acessível e fácil para o povo negro.

“As dificuldades econômicas, aliadas às dificuldades educacionais estão amarradas entre si, pois as pessoas de menor poder aquisitivo são as que mais apresentam dificuldades para investir na sua formação escolar, uma vez que a falta de oportunidades entre negros e brancos, principalmente no campo educacional, ainda é uma realidade.” (RAMOS, p. 199)

O aspecto importante destacado nesta tese é de que a história não obteve tantas mudanças, considerando o fato de negros ainda não conseguirem acesso à universidades, devido a sua “alta seletividade e elitismo”.

2- **“As representações sociais acerca da criança negra na educação infantil: mecanismos de discriminação”** (Caroline Felipe Jango da Silva-UNICAMP) – Em sua tese a autora inicia fazendo uma análise histórica do “contexto da escravidão”, onde pontua a relação social que havia naquela época de “senhores e escravos”, que além de relações conflituosas, houve as miscigenações. As relações entre senhores e escravos, e escravos e escravos, moldavam a formação familiar dos negros da época e também a dinâmica em que as crianças negras eram criadas.

Em seguida, são pontuadas na tese a “construção e legitimação do preconceito racial”, abordando a marginalização do negro liberto, e o medo da elite branca em relação à população de sua maioria negra, surgindo o esforço de

branqueamento social, onde com a generalização da ideia de que mulatos e “branqueados” tinham ascensão social surge a falsa ideia de democracia racial. Ao abordar sobre a educação do negro no Brasil, é evidenciado o quão excludente a educação brasileira é tratando-se da sua acessibilidade, seguida de uma aculturação diante da educação inicialmente proposta pelos jesuítas. Quanto ao professor, cabe a ele como educador, o papel de “luta para a superação do racismo”.

A pesquisa que objetiva estudar as representações sociais e no que isto implica para o estudo das relações sociais, tem como campo de pesquisa uma creche do município de Paulínia, buscando identificar tais representações das educadoras acerca das crianças negras. A creche segundo a diretora entrevistada atende crianças de classe-média alta, e classe baixa.

Na análise de livros utilizados pelas educadoras na creche, onde 68,4% não apresentam representação de pessoas (tratando-se de animais, objetos ou seu figuras), dos que representam pessoas 31,4% são pessoas brancas e 10% negras (do total de livros escolhidos, 96,5% apresentam pessoas brancas, 13,7% ilustrações de pessoas negras).

Analisando o trabalho com a diversidade racial, 60% afirmaram não abordar o tema, e quando trabalhado, havia caso que trabalhava com a diversidade, porém com muitos aspectos a serem repensados no qual não contribuía para a valorização do negro.

Com a falta de recursos pedagógicos que representassem a figura do negro de maneira positiva, impede a construção de identidade afrodescendente pela criança negra, visto que esta cresce cercada pela cultura branca europeia, assim passa a negar sua própria imagem.

3- **“A escola e algumas das múltiplas facetas do processo de embranquecimento”** (Elaine Cristina Soares -UNICAMP) – a tese traz como tema norteador o “branqueamento”, que é um processo socialmente imposto. Esta pesquisa foi realizada em um colégio particular de Campinas, buscando analisar a realidade dos jovens alunos negros. Onde foi possível observar a hegemonia do branco, e ao mesmo tempo um local hostil e indiferente aos problemas enfrentados pelo negro. Além disso, os alunos negros também

sofrem com as brincadeiras preconceituosas, além do deslocamento que ele sofre por ideologicamente estar em um local no qual ele não é “pertencente”.

“Ora, frente ao sistema ideológico que discrimina o negro, as expressões, brincadeiras que emergem a partir de um desvalorizar de sua cor, das categorias criadas, acabam culpabilizando o mesmo, pela realidade de exclusão vivida. Os depoimentos orais, sendo uma representação, uma sensibilização quanto ao como os jovens negros abordados têm vivido na concretude do dia-a-dia, revela esse processo de mutilação do patrimônio cultural negro, pela valorização das produções brancas – o embranquecimento de corpo e alma.”
(SOARES,1997,p.64)

O problema do embranquecimento é a dificuldade do jovem negro construir sua identidade, pois é muito complexo buscar uma referência externa que não esteja pautada na cultura branca, que é aceita pela maioria, e tratando-se de um colégio particular, os seus “clientes pagam pela circulação e socialização dos conhecimentos aceitos pelos princípios dominantes.

4- “Aqui tem racismo!”: Um estudo de representações sociais sociais e das identidades das crianças negras na escola” (Caroline Felipe Jango Feitosa – UNICAMP) – Trata-se de uma dissertação de mestrado, onde FEITOSA (2012), em uma pesquisa, levantou dados da região metropolitana de Campinas, analisando a representação do aluno negro dentro da escola, da maneira que a própria criança se enxerga neste ambiente, começando com qual imagem a criança se sente representada (através de ilustrações em cartões com crianças: branca, parda ou negra), como ela se localiza no espaço e como se localiza as demais pessoas, o que ela considera bom ou ruim e também quem ela gostaria de ser naquele ambiente.

Dentre os questionamentos que a autora levantou, obteve resultados bastante interessantes que demonstram que os brancos ainda assumem posições de privilégio.

As crianças que serviram de objeto de estudos para a pesquisa, eram negras diante do julgamento da autora, e durante o processo de análise das respostas, foram separadas diante do sexo.

Um estudo feito em várias etapas, onde a etapa inicial correspondia como a criança se sentia representada através das ilustrações, onde de acordo com o julgamento da pesquisadora, selecionou crianças que possuíam um estereótipo negro.

A resposta dada pelas crianças evidenciou que de cerca um terço das crianças entrevistadas (33,33%) se consideram brancas, sendo que diante dos meninos este número corresponde à 20% e meninas 52,38%, representando um pouco mais da metade, o que demonstra que a menina negra além de ter que superar a discriminação racial, é preciso que vença também as desigualdades de gênero. Além disso a pesquisa apontou que 64% das crianças se localizam no meio ou fundo da sala de aula, valendo ressaltar que os espaços escolhidos nem sempre eram o que as crianças ocupavam.

Considerando que 76,47% afirmam que a professora escolhe os lugares, o posicionamento que a criança ocupa em sala são socialmente valorizados, e a ocupação dos espaços que em sua maioria são tidos como desvalorizados (apontado como o fundo), e as representações sociais, segundo a autora “vão se fundindo criando estigmas, estereótipos,etc.”, assim as “escolhas das professoras são direcionadas a partir das representações negativas ou positivas que as mesmas possuem acerca da criança e de seu comportamento”.

5- “O meu cabelo é assim...igualzinho o de bruxa, todo armado’ : hierarquização e racialização das crianças pequeninhas negras na educação infantil” (Flávio Santiago – UNICAMP) – trata-se da tese onde o artigo a que se refere o item 4 das obras selecionadas na plataforma *scielo* explicitadas neste trabalho.

- **Google: e-publicações (UERJ)**

1 - “A criança negra no cotidiano escolar” (Sara Moitinho – PUC-Rio)- trata-se de uma pesquisa realizada em uma escola pública de Niterói, tendo como referencial teórico o multiculturalismo e interculturalismo.

Segundo a autora, as “crianças vivem em contexto de exclusão social e racial”, e a escola e o currículo “podem buscar a desconstrução de identidades essencializadas e estereotipadas.

Em campo optou por não se aproximar das crianças, e esperou que até que ocorresse o contrário.

Durante as entrevistas, percebeu que as crianças negras cariocas vindas das favelas em sua maioria não tinham quaisquer problemas em se assumirem como “pretos”, porém também notou uma classificação social de cor que sofre um processo de gradação (marrom, castanho, mulata, moreno).

A pesquisadora considerou relevante analisar como “aspectos relevantes em relação à família”, como : *profissão dos pais, situação matrimonial, número de irmãos, local de residência e situações das moradias*, onde observou famílias desestruturadas, familiares que ocupam postos de trabalho que são para assistencialismo das classes mais dominantes (empregadas domésticas, faxineiras, garis, babás, etc.), apresentavam rendas de até dois salários mínimos e em grande maioria recebiam *bolsa-família*.

Quanto a vida escolar, a pesquisadora notou um alto índice de repetência aos alunos negros, e apontou que segundo o IPEA (Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas), “um dos momentos em que a discriminação se faz presente na vida das pessoas, é o momento de socialização via inserção escolar.

- **Google Acadêmico**

1- **“Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo e preconceito e discriminação na Educação Infantil”** (Eliane Cavalleiro - USP) – Trata-se de uma pesquisa de campo buscando analisar as relações étnicas, através da observação do cotidiano escolar (relações aluno/aluno, professor/aluno, aluno/professor), além de entrevistas com docentes, crianças e familiares.

Analisando crianças de quatro a seis anos, com a pergunta norteadora “*o que significa ser uma criança branca ou negra na sociedade brasileira?*”, a pesquisadora notou que há diferenças, onde as crianças possuem “infinitas possibilidades para a interiorização de comportamentos e atitudes preconceituosas e discriminatórias contra os negros”.

A palavra-chave que protagoniza o título da tese é “silêncio”, onde a autora pontua que este que “atravessa os conflitos étnicos na sociedade”, é o mesmo que “sustenta o preconceito e a discriminação no interior da escola”.

“De modo silencioso ocorrem situações, no espaço escolar, que podem influenciar a socialização das crianças, mostrando-lhes, infelizmente, diferentes lugares para pessoas brancas e negras. A escola oferece aos alunos, brancos e negros, oportunidades diferentes para se sentirem aceitos, respeitados e positivamente participantes da sociedade brasileira. A origem étnica condiciona um tratamento diferenciado na escola.” (CAVALLEIRO, 1998, p.198)

O preconceito dentro da escola, permite à criança negra “ a incerteza de ser aceita por parte dos professores”, e por outro lado, há um despreparo do professor para se relacionar com elas, que apesar de conviverem diariamente o professor não sente necessidade de conhecer as especificidades e necessidades da criança negra.

2- “Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola”
(Eliane Cavalleiro * Organizadora) – acesso restrito.

7- CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história da escravidão mostra-se indissociável do racismo vivenciado pelo povo negro, e através da análise de dados coletados, é possível notar que o racismo é algo muito presente em nossa sociedade, principalmente no cotidiano escolar.

O que torna o racismo algo complexo e trabalhoso de ser combatido, é a maneira em que ele está introduzido socialmente, de uma maneira velada, onde dificulta a aplicação de medidas que possa erradicá-lo.

A criança negra por sua vez, quando inserida na escola, encontra-se em um ambiente hostil, onde em geral as pesquisas feitas a respeito do racismo no âmbito escolar demonstram o quanto o desempenho e acolhimento do aluno está intrinsecamente ligado à sua cor.

Infelizmente não temos resultados satisfatórios, os alunos negros em sua predominância são aqueles mencionados em aspectos de indisciplina, defasagem escolar e evasão, demonstrando o quanto a escola em sua generalidade reforça a segregação racial.

A cultura ou quaisquer aspecto que esteja relacionado ao ser negro não é valorizado na escola, gerando assim um abismo entre as relações que a criança negra pode estabelecer para elevação da sua autoestima, valorizando apenas aquilo relacionado ao branco como bonito, ideal e correto.

A escravidão por toda sua crueldade e falta de humanidade, não pode ser desconexa de todo processo racista que o povo negro sofre até os dias atuais, a história quando analisada por este espectro nos traz diversas evidências que confirmam esta afirmação.

Quando partimos para a escola, temos a falta de preparo dos profissionais da educação que contribuem para o reforço do racismo, não agindo da maneira mais adequada quando lidam com situações de preconceito, em alguns casos por serem os principais atores destas situações.

Diante disto, a criança negra precisa de alguma forma resistir e lutar da sua maneira, que de certa forma busca manifestar seu repúdio através de seu comportamento, desempenho e participação. Mas manifestar deste modo, geralmente não é interpretado de uma maneira que sirva para a melhoria do trabalho da equipe pedagógica, buscando amparar este aluno que aclama por atenção e igualdade, e sim de uma maneira que reforce negativamente tudo que já afeta a criança negra em questão, tornando o racismo algo difícil de ser combatido, e passando a falsa sensação que o posto inferiorizado que a criança negra ocupa dentro de uma hierarquização ideológica no âmbito escolar é algo inerente e normal a si.

REFERÊNCIAS

- Agência Brasil. **População negra se concentra no Norte e Nordeste, aponta IBGE**. Estadão. Maio 2008. Disponível em :
< <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,populacao-negra-se-concentra-no-norte-e-nordeste-aponta-ibge,171850>> Acessado em : 09 nov. 2017.
- ALBUQUERQUE, Wlamyra Ribeiro de. **A exaltação das diferenças: racialização, cultura e cidadania negra** (Bahia, 1880-1900). 2004. 250 p. Tese (doutorado) -Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciencias Humanas, Campinas, SP. Disponível em:
<<http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000317725>> . Acesso em: 14 dez.2016.
- ANTUNES, Deborah Christina; ZUIN, Antônio Álvaro Soares. Do bullying ao preconceito: os desafios da barbárie à educação. **Psicol. Soc.**, Porto Alegre , v. 20, n. 1, p. 33-41, Apr. 2008 . Disponível em :
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822008000100004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 02 Nov. 2017.
- ARCHANGELO, Ana, VILLELA, Fábio C. B. **Fundamentos da escola significativa**.Edições Loyola, cap. 1, 2013.
- CARDOSO, Fernando Henrique. Prefácio à 2ª impressão (2000) - **Superando o racismo na escola**.p.9-10. Brasília: MEC/SECAD, 2005.
- CARVALHO, José Murilo. **Campanha Abolicionista** – Coletânea de Artigos (José Patrocínio). Fundação Biblioteca Nacional, 1996.
- CARVALHO, Marília. **Quem é negro, quem é branco: desempenho escolar e classificação racial dos alunos**. *Revista Brasileira de Educação*. Jan /Fev /Mar/ Abr 2005 n. 28, pp. 77-96.
- CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo e preconceito e discriminação na educação infantil**. São Paulo: Contexto, 2003. 2ª edição.
- CRUZ, Tânia Mara. **Espaço escolar e discriminação: significados de gênero e raça entre crianças**. *Educ. rev.*, Belo Horizonte , v. 30, n. 1, p. 157-188, Mar. 2014 . Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982014000100007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 20 Nov. 2017.

- FEITOSA, Caroline F.J. “**Aqui tem racismo!**”: Um estudo de representações sociais e das identidades das crianças negras na escola. Campinas, SP. 2012. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/250918>> Acesso em: 20 Abr. 2017.
- FINCO, Daniela. **Relações de gênero nas brincadeiras de meninos e meninas na educação infantil.** *Pro- Posições*, v.14,n.3 (42), p.89-101,set/dez.2003.
- FLEURI, Reinaldo Matias. **Políticas da diferença: para além dos estereótipos na prática educacional.** *Educ. Soc.*, Campinas , v. 27, n. 95, p. 495-520, Ago. 2006 . Disponível em : <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302006000200009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 Nov. 2017.
- FRANCA, Dalila Xavier de; MONTEIRO, Maria Benedita. A expressão das formas indirectas de racismo na infância. **Aná. Psicológica**, Lisboa , v. 22, n. 4, p. 705-720, out. 2004 . Disponível em <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0870-82312004000400006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 21 nov. 2017.
- MAGGIE, Yvonne. **Racismo e anti-racismo: preconceito, discriminação e os jovens estudantes nas escolas cariocas.** *Educ. Soc.*, Campinas , v. 27, n. 96, p. 739-751, Out. 2006 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302006000300006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 /11/2017.
- MOITINHO, Sara. **A criança negra no cotidiano escolar.** Dissertação de Mestrado. Dissertação apresentada ao Programa de Pós - Graduação. PUC-Rio. 2008.
- MUNANGA, K. **Negritude: Usos e Sentidos.** São Paulo: Ática, 1988.
- MUNANGA, Kabengele (org). Apresentação- **Superando o racismo na escola.**p.15-20. Brasília: MEC/SECAD, 2005.
- Mundo Estranho. **O que é a raça ariana?**. Abril,2011. Disponível em: <<http://mundoestranho.abril.com.br/historia/o-que-e-a-raca-ariana/>> Acessado em: 19/05/2017.
- NOGUEIRA, Maria Alice, NOGUEIRA, Cláudio M.M. **A Sociologia da Educação de Pierre Bourdieu.** *Revista Educação e Sociedade.* Dossiê “Ensaio sobre Pierre Bourdieu”, nº78, ano XXIII, abril,2002.

- OLIVEIRA, Fabiana de; ABRAMOWICZ, Anete. **Infância, raça e "paparicação"**. *Educ. rev.*, Belo Horizonte , v. 26, n. 2, p. 209-226, Ago. 2010 . Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982010000200010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 Nov. 2017.
- Presidência da República (Casa Civil), **Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências**, LEI Nº10.639, DE 9 DE JANEIRO DE 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm> Acesso em: 02 Nov. 2017
- Presidência da República (Casa Civil). **Declara extinta a escravidão no Brasil**, LEI Nº 3.353, DE 13 DE MAIO DE 1888. Disponível em : <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM3353.htm> Acesso em: 02/11/2017
- Presidência da República (Casa Civil). **Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor**, LEI Nº 7.716, DE 5 DE JANEIRO DE 1989. Disponível em : <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7716.htm> Acesso em: 02/11/2017
- RAMOS, Claudia Monteiro da Rocha. A escravidão da criança negra e a Lei do Ventre Livre (1871). **ETD - Educação Temática Digital**, Campinas, SP, v. 9, n. 2, p. 204-204, nov. 2008. ISSN 1676-2592. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/827>>. Acesso em: 20 nov. 2017.
- SANTIAGO, Flávio. **“O meu cabelo é assim... igualzinho o da bruxa, todo armado”**: hierarquização e racialização das crianças pequeninhas negras na educação infantil. 2014. 127 p. Tese (mestrado)- Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas,SP. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/319164>> , Acesso em: 15/10/2017.

- SANTIAGO, Flávio. **Gritos sem palavras: resistências das crianças pequeninhas negras frente ao racismo.** *Educ. rev.* [online]. 2015, vol.31, n.2 [cited 2017-11-19], pp.129-153. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982015000200129&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 18/11/2017.
- SANTOS, Isabel Passos de O. **A Lei nº 10.639/03 e sua implementação nas escolas municipais de Campinas.** Campinas SP, 2014.
- SILVA, Adriana M. P. **A primeira escola exclusiva para negros no Brasil.** *Geledés, in: Educação*, Abril, 2015. <<https://www.geledes.org.br/a-primeira-escola-exclusiva-para-negros-no-brasil/>> Acesso em 15 Out. 2017.
- SOUZA, Camila R.; FARIA, Glauco. **Nosso racismo é um crime perfeito.** *Revista Fórum*. Fevereiro, 2012. Disponível em : <<http://www.revistaforum.com.br/2012/02/09/nosso-racismo-e-um-crime-perfeito/>> Acessado em: 20 Abr. 2017